

A cidade clandestina

Trabalho e Cidadania. As trabalhadoras de Contagem.

NEVES, Magda de Almeida.

Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

Alice, Hilda, Lúcia, Eugênia, Eliane, Cleusa, Jandira, Abira: são algumas das mulheres que entrelaçam com seus relatos a experiência de vida nas áreas industriais da Cidade Industrial de Contagem, em Betim, Minas Gerais. O período é o dos anos da apostila na industrialização do governo Kubitscheck, de Janio e Goulart, do "milagre econômico" durante a ditadura dos governos militares e da luta pela redemocratização do país. Três décadas de história do trabalho no Brasil resgatados por Magda de Almeida Neves em *Trabalho e Cidadania. As trabalhadoras de Contagem. O ponto de vista feminino privilegiado*; lembranças da vida nas áreas agrícolas, a esperança de melhores condições de vida, o sonho da "ascensão social" implícita na preconceito da superioridade do operário em relação ao trabalhador rural; lembranças que também se compõem com o tempo da juventude passada no pesado trabalho fabril, a ausência de qualificação profissional, o salário baixo, os obstáculos à uma progressão para os postos melhor qualificados, o emprego precário e em constante ameaça frente ao casamento, à gravidez, acontecimentos importantes e socialmente positivos.

Nas lembranças dessas mulheres captamos o todo, digamos, informal da vida nas fábricas e nos balões operários, uma história outra contrastada com o registro oficial que elaborou para esses anos a imagem de desenvolvimento e consolidação do parque industrial, da diversificação de sua estrutura e sua transformação num efetivo aglomerado industrial, desenvolvimento este estimulado pela infra-estrutura fornecida pelo

poder público para a instalação das unidades fabris e pelas incentivos fiscais e financeiros proporcionados a indústrias brasileiras e grandes empresas estrangeiras e multinacionais.

A partir dos anos 1950, um amplo terreno do distrito de Betim é ocupado pela Cidade Industrial de Contagem. Nele a instalação de um parque fabril concretiza as aspirações de crescimento econômico da região, marcado, como diz Magda, "pelo imaginário do governo e dos empresários que procuram (...) os elementos impulsivadores do progresso e da construção de uma nova ordem", regida pelo racionalidade da produção industrial. A Cidade Industrial se estrutura, entretanto, na convivência com uma outra cidade que aos poucos se forma, a cidade clandestina das favelas, desordenada em sua implantação, sem infra-estrutura, cujo único benefício é estar "encostado" às fábricas.

Dois cidades, duas experiências do crescimento econômico, do progresso. Nos depoimentos contidos por Magda impõem-se, em contraponto, notícias dissonantes à lógica da produção fabril. Em seus relatos se inscrevem com força palavras que nos trazem à memória observações de Hannah Arendt sobre a condição humana. Pessoas trabalhando lado a lado lutaram para assegurar a sobrevivência, porém não estabelecem entre si relações de solidariedade. Acompanhar o ritmo das máquinas, manter elevado o nível da produtividade, ultrapassar as marcas obtidas por outros operários são preocupações que compõem a vida diária do trabalhador fabril. O descompasso entre as potencialidades físicas e psíquicas e as condições de trabalho na linha de produção fazem da atividade operária um sacrifício cotidiano, um verdadeiro suplício de Siéfe, um eterno recomeçar, algo que nunca finda; sofre solução de continuidade apenas durante os poucas horas de repouso. Sujeira, barulho, ameaça de multa, vigilância permanente, contenção das necessidades fisiológicas, um qua-

do sinistro e sombrio. Nas fábricas em que o barulho ensurdecedor e a sujeira são eliminados, isto acontece por imposição da natureza do produto a ser fabricado. Na Indústria eletrônica, a boa qualidade das peças exige absoluta limpeza, daí o ambiente asséptico. Condições de trabalho, à primeira vista excelentes - limpeza e silêncio -, resultam freqüentemente num ambiente ainda mais agressivo à natureza humana. A hostilidade das condições usuais de trabalho se vê acrescida, no caso das operárias, com o peso da hierarquia do mundo masculino, a limitação às tarefas rotineiras e repetitivas, a não equiparação salarial para as mesmas tarefas executadas pelos colegas homens, as contendas dos chefes, a humilhação do controle mensal da gravidez, em suma: o ônus da condição feminina.

Condições de trabalho, denunciadas por inúmeros observadores sociais já nos começos da implantação do sistema de fábrica, prevalecem ainda hoje, mesmo nas áreas de concentração da indústria de ponta. Ou seja, a lógica da produção fabril que privilegia as coisas e não as pessoas permanece a mesma, passados dois séculos.

Afinal, desde Adam Smith nos anos 1770, a lógica autoracionalidade da produção industrial tem quem por ela ou contra ela fale; é Ioquez. Encontra contudo nos próprios homens, em particular nos operários, um aliado complexo que não irradia na prática a linearidade e universalidade requeridas. Suas capacidade e eficiência individuais diferenciadas estabelecem forte contraste com o desempenho eficiente, regular e intérumpido das máquinas. E mais: se a capacidade intelectiva constitui característica importante para o aprendizado, revela-se porém ameaça latente nos danos possíveis à produção nos momentos em que a conselho quebra a projetada atenção/tensão permanente na linha de produção, ou, pior ainda, quando o recurso à voz suspende o silêncio com queixas e reivindicações por melhores condições de trabalho, salários mais altos.

Este auxiliar e complemento da máquina demonstra com sua fala que uma outra lógica, usualmente muda, corre paralela à lógica Ioquez. É esta outra lógica que o estuda de Magda de Almeida Neves desvenda nos depoimentos das trabalhadoras de Contagem convivendo no mesmo tempo histórico da racionalidade da produção. Por ser menos Ioquez, só é apreensível através das faladas que avivenciam, os próprios trabalhadores. Por ser menos Ioquez deixa menos registros. Em parte, essas lógicas

seguem trajetórias paralelas e apostam no crescimento econômico como objetivo comum. Entretanto, se apartam quando os trabalhadores aprendem que maior produtividade e crescimento econômico não implicam necessariamente melhores condições de salário, de trabalho e de vida para eles; resultam mesmo com freqüência em maior desqualificação profissional e exploração do trabalho, em degradação das condições de moradia individual e coletiva nos bairros carentes de infra-estrutura.

Mas desse aprendizado surge a lição maior: esta diferença profunda é possível pelo fato de eles, os trabalhadores, não terem sua humanidade plena reconhecida, não terem direito à voz, serem considerados cidadãos "positivos" e não "ativos", diferenciados dos que têm acesso à palavra falada e escrita, aos diversificados meios de comunicação. Contudo, e paradoxalmente, em meio à mesma experiência que lhes nega a condição de sujeito político e lhes impõe a de mercadoria submetida às oscilações do mercado de trabalho, sua identidade individual e coletiva se constrói positivamente no reconhecimento e afirmação da diferença, mas também na busca da condição de sujeito político, de cidadãos com possibilidade de acesso ao espaço público, à cidadania plena.

O estudo de Magda fala da experiência de trabalho e de ação política e evita cuidadosamente conclusões generalizantes sobre a classe operária. Aceitando o desafio de trabalhar com as relações de gênero, a autora perssegue nas vivências femininas a forma como se inserem no mercado de trabalho, como conjugam a esfera de suas atividades domésticas com o trabalho e atividades comunitárias, como aos poucos se impõem nos vários espaços da ação política, em suma, o que lhe é particular e a reelaboração de significados nas relações com os homens, colegas e maridos.

No frame da experiência comum de operárias e operários, Magda indica algumas constantes. A mudança nos padrões de comportamento e a reformulação do código ético acompanham o movimento migratório das áreas rurais para a cidade. O medo da perda do emprego, acrescido com o da repressão política nos anos da ditadura militar, infinge danos semelhantes a homens e mulheres trabalhadores. A vivência da contradição entre crescimento econômico das indústrias e exploração econômica somada à espalhada urbana deixam claro que o aumento do espaço conquistado pelos fábricos corresponde à ampliação da área ocupada pelas favelas e condições de

vida piores. A constituição da identidade operária, positivada pelo sentimento de solidariedade, e a politização da classe operária são correlatas à formação do sujeito coletivo. A cidadania conquistada graças à politização de espaços como a fábrica e a igreja e a elaboração de novos espaços de sociabilidade-solidariedade-reflexão e ação políticas a partir de problemas cotidianos e comuns nas Associações de Moradores e Associações de Creche. Uma trajetória nem sempre partilhada por homens e mulheres, percorrendo, entrelançado, caminhos semelhantes.

Magda registra em detalhes, com sensibilidade e segurança, a formação de um espaço público outro, onde novas significados e representações são inscritos pelos operários e operárias, aos quais vêm se adicionar os demais moradores da área industrial de Contagem. Unidos eles constituem o espaço de autonomia frente à exclusão política imposta pelos governos militares: um verdadeiro e difícil ensaio de construção de uma trajetória própria, não submetida aos altos e baixos da economia, uma trajetória que traduzisse uma possível liberdade, a plena condição humana, na qual fosse negada a condição de mera força de trabalho, de mercadoria alienável. Com maestria, a autora estabelece a diferença entre as experiências masculina e feminina, mostra a reelaboração de um novo mundo de símbolos e pré-conceitos de um novo imaginário do universo operário e de sua inserção na sociedade contemporânea.

Vai mais longe, porém, ao introduzir a pluralidade que também se insere nas trajetórias das próprias mulheres. Uma nova personagem entra em cena na década de 60 - as militantes de esquerda. Atuando no meio operário, elas, em sua maioria estudantes universitárias, pouco se dirigem às operárias, carregam ainda uma concepção masculina da política, embora reivindiquem para si a quebra desses preconceitos no interior das organizações. Nesses anos, o sindicato continua sendo o mundo dos homens e a greve um ato masculino. Nas lembranças das operárias sobressaem com vigor os obstáculos postos pelos preconceitos, pela pressão da família (os maridos) e pela discriminação dos colegas de trabalho.

A constituição de uma identidade/consciência coletiva feminina precisou então buscar "lugares" menos conflitantes, mais apropriados à presença da mulher: Igreja e trabalho comunitário, onde se unem oração e reflexão, leituras do círculo bíblico e informações. São lugares que lhes proporcionam o acolhimento

em grupos restritos, como as CEBs, onde a exposição pública é menor, onde há espaço para a constituição da imagem de sujeito sexuado, sendo desnecessário negar a identidade feminina. A anônima e silenciosa dona-de-casa ascende à participação política numa trajetória muitas vezes apartada da operária.

Nessa intrincada rede de reelaborações de sociabilidades e imagens, três instituições em si se na década de 70 se reestruturam, vinda em apoio dos trabalhadores. Atuam como verdadeiros suportes da resistência operária. A Igreja católica, os grupos de esquerda e a estrutura sindical revêem suas posições e refazem suas matrizes de pensamento e ação. Fundam-se Associações de Moradores nos bairros e nelas a presença feminina é preponderante; os clubes de mães e creches comunitárias resolvem problemas comuns às mulheres que saem para o trabalho; o mutirão, essa experiência da construção solidária, abre uma nova oportunidade de encontro de homens e mulheres numa tarefa partilhada onde tudo pode ser conversado. Constituem formas de estabelecer um relacionamento impossível na linha de produção. Solidariedade construída na solução de questões comuns, importante maneira de se descobrir a força do poder civil organizado. Solidariedade que atravessa também os muros das fábricas e subverte o espaço do trabalho unindo homens e mulheres na resistência. Pequenas ações, com freqüência invisíveis, dão a dimensão da ousadia que vem substituir o medo do desemprego e das punições; ações invisíveis dão visibilidade e voz às operárias, conferem-lhe identidade própria entre seus companheiros homens.

Nas fábricas, as reivindicações dão espaço à "especificidade" das demandas femininas: banheiros limpos, refeitório para as mamiteiras, horário para o lanche, recusa do controle periódico da gravidez, o fim do convívio forçado com os chefes nas "festinhas" de fim de semana. Em outras palavras, as condições mínimas de sobrevivência assumem para as operárias uma nova dimensão, a da dignidade. Nos sindicatos a presença ativa das mulheres só acontece no final dos anos 70 com as mudanças na prática sindical masculina, o I Congresso da Mulher Metalúrgica e o amplo movimento feminista. Mesmo os momentos de derrota da oposição sindical são vivenciadas como experiência incentivadora de outras lutas. Ecas repastos em outro dia passado da solidariedade festiva, mas precária, dos Primeiros de Maio de 68 e 78.

Três décadas de experiência operária num percurso onde a Industrialização de uma área

se deu concomitantemente a transformação de trabalhadores rurais em operários fabris. Do ponto de vista operário um percurso de construção de identidade própria e de conquista da cidadania. Provavelmente as operárias das décadas de 80 e 90 conseguem agora lembrar esses anos em suas particularidades, momentos de luta, de conquistas, de derrotas, momentos trágicos, outros tristes. Conseguem dizer que Alice metalúrgica aposentada foi incapaz de fazer recortar em tempos diferenciados os trinta anos de trabalho fabril para ela um só bloco

de trabalho duro e de privações sofridas. Sabemos através do livro de Magda como essas mulheres da Contagem conseguiram em lutas às vezes partilhadas com seus colegas homens paralelas a deles com frequência o reconhecimento de seu lugar no mundo do trabalho como profissionais e de seu lugar como cidadãs no mundo da política. O estudo de Magda desvenda essas lutas em seus aspectos variados sem preconceitos limitadores.

MARIA STELLA BRESCIANI ■

A precária identidade de gênero

Senhores de Si - uma interpretação antropológica da masculinidade

ALMEIDA, Miguel Vale de

Lisboa: Fim de Século Edições, 1995. 264 p.

As teorias feministas inspiraram um conjunto de trabalhos em Antropologia que nas últimas duas décadas têm inovado a forma pela qual etnografias são produzidas, reavaliado explicações correntes do que é a vida social e redefinido temas centrais da pesquisa antropológica como familiar, parentesco e organização social. Os debates em torno das diferenças entre sexo, gênero e sexualidade forneceram um instrumental de crítica aos essencialismos, especialmente à Antropologia que faz da crítica a naturalização da vida social um dos aspectos centrais de seu projeto enquanto disciplina.

Baix parte dos trabalhos inspirados nas teorias feministas define como foco de suas pesquisas as relações de gênero. Contudo, as análises colocam a ênfase na experiência feminina, relegando a um segundo plano as reflexões sobre as formas que a masculinidade assume em contextos específicos. É essa lacuna que com muita sensibilidade o trabalho de Miguel Vale de Almeida vem preencher. A literatura feminista é a base utilizada para a elaboração teórica da interpretação da masculinidade. Entretanto, a análise cuidadosa dos de-

senvolvimentos desta literatura não impede o autor de apontar seus limites. O desafio que percorre o trabalho como um todo é incorporar ao pensamento sobre o gênero um questionamento que vai além do essencialismo próprio das categorias de homem e mulher e fraga para o debate o essencialismo com que a heterossexualidade é tratada também pelo feminismo. Trata-se assim de mostrar como a perspectiva feminista centrada na crítica ao patriarcado e preocupada em apontar sua origem e mecanismos de reprodução que explicitam as formas de opressão da mulher tendeu a pensar o masculino como equivalente da social. Perdeu-se, dessa forma, a possibilidade de ouvir a diversidade de vozes masculinas que por vezes dissidentes da homologia masculino/público/político abrem espaço para uma desconstrução mais radical do androcentrismo. Processo análogo mantém inquestionada a heterossexualidade que encobre tanto a variedade das experiências femininas quanto masculinas.

Fazer uma etnografia da masculinidade não é tarefa fácil. As dificuldades não são apenas fruto da inexistência de um modelo consagrado de como conduzir a pesquisa sobre o tema mas também da novidade envolvida no questionamento da masculinidade e da heterossexualidade como algo problemático.

No fogo cruzado das críticas que podem vir de todos os lados é que, no mais das vezes, dificultam qualquer inovação a etnografia da masculinidade apresentada alarga os horizontes da pesquisa antropológica sobre um campo